



REBELA

REVISTA BRASILEIRA
DE ESTUDOS
LATINO-AMERICANOS

Lenin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI

Roberta Traspadini¹ e Fábio Marvulle Bueno²

Resumo

O texto busca retomar as contribuições teóricas do clássico trabalho de Lenin - “O imperialismo: fase superior do capitalismo” - resgatando os principais pontos de sua obra, bem como ressaltando a atualidade e as limitações do trabalho para o entendimento do capitalismo contemporâneo, tendo como centralidade a relevância da compreensão do imperialismo na dinâmica da dialética da dependência na América Latina.

Palavras-chave: Lenin, Imperialismo, América Latina.

Lenin y la interpretación del imperialismo en los siglos XX y XXI

Resumen

El texto tiene la intención de recuperar las aportaciones teóricas de la obra clásica de Lenin – “El imperialismo, fase superior del capitalismo” - así como destacar la importancia y las limitaciones de la obra a la comprensión del capitalismo contemporáneo, de la dinámica del imperialismo y la dialéctica de la dependencia en América Latina.

Palabras clave: Lenin, Imperialismo, América Latina

Lenin and the imperialism in the twentieth and twenty-first centuries

Summary

The text highlights the theoretical contributions of the classic text of Lenin – “Imperialism, the Highest Stage of Capitalism” - recovering its main theoretical points, as well as pointing out the relevance and limitations of the text to the understanding of contemporary capitalism, the dynamics of nowadays imperialism and the dialectic of dependence in

¹ Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e professora militante da Escola Nacional Florestan Fernandes.

² Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas e doutorando em sociologia pela Universidade de Brasília

Latin America.

Keywords: Lenin, Imperialism, Latin America.

Introdução

O ano de 2014 não é, para a classe trabalhadora do Brasil e do mundo, tempo que se abra para comemorações. É tempo de intensificação da dominação do capital sobre o trabalho e os territórios; tempo de ampliação da participação do capital portador de juros, fictício, apresentando-se como descolado da produção, quando em realidade é uma de suas facetas; tempo de novas e mais perversas anexações coloniais do Norte sobre o Sul; tempo de profunda reflexão sobre o que fazer tamanha a desarticulação da classe trabalhadora no interior das nações e no mundo.

Como tempo de reflexão, 2014 se apresenta como o ano de refundação da formação política, do trabalho de base, da retomada político-partidária das células da classe trabalhadora, caso essa ainda tenha, além da esperança, a necessidade explícita de produzir outro mundo necessariamente possível. Com base nesse tempo, de cultivar a terra para semear vitórias, estudar os clássicos, desde eles mesmos, com as perguntas e experiências de nosso tema, torna-se um processo imprescindível, dado o teor da precarização das condições de vida da classe trabalhadora, do endividamento individual e familiar de seus integrantes, e da destruição das relações de sociabilidade instauradas na inerente crise civilizatória manifesta às claras após longos séculos de desdobramentos do capitalismo.

Lenin morreu em 1924. Setenta anos após sua morte, temos como visualizar a assertiva de suas teses acerca dos desdobramentos do capitalismo e da necessária produção de outro modo de produzir vida, ancorado na realização do trabalho e não em sua escravização, centrada na extração mais valia como forma-conteúdo próprios da produção de riqueza capitalista. Entre sua gigantesca obra, destaca-se o livro “O imperialismo, fase superior do capitalismo” (LENIN, 2011), escrito em 1916 em um momento muito particular da história mundial da luta de classes: antes da eclosão da revolução russa de 1917 e do término da primeira guerra mundial em 1918.

Referência teórica dos partidos comunistas de todo o mundo, “O imperialismo, fase superior do capitalismo” teve uma interessante repercussão na América Latina. A construção da chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD), cujos expoentes são Ruy

Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambilra, parte da teoria do imperialismo de Lenin e propõe toda uma formulação teórica que estabelece uma forma peculiar de relação.

Avaliando corretamente que a teoria imperialista apresentava limitações importantes, pois focava o processo de expansão do grande capital monopolista exclusivamente a partir das formações sociais do centro capitalista, a TMD propõe não uma negação, mas uma complementação da teoria do imperialismo, incorporando teoricamente a expansão do grande capital monopolista pela ótica das formações capitalistas dependentes. Com isso, a TMD não diminui, mas antes reforça a importância de “O imperialismo, fase superior do capitalismo”, pois a dependência, sucessora da condição colonial, só se mostra teoricamente consistente ao considerarmos o papel que a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), moldada pelas relações capitalistas conduzidas pelo grande capital internacionalizado, reserva às sociedades dependentes.

A TMD esforça-se em mostrar como cada fase de expansão ou contração do grande capital monopolista implica em uma determinada DIT que, por sua vez, determina as formas predominantes de inserção das economias dependentes latino-americanas ao mercado mundial, seja ela Investimentos Diretos, empréstimos bancários, *maquillas*, plataformas exportadoras de minérios e recursos naturais consubstanciados no agronegócio, etc e etc.

A influência da obra de Lenin e da teoria do imperialismo na TMD mostra-se com toda a força na formulação sobre o subimperialismo feita por Ruy Mauro Marini (1974, 1977, 2005). As referências à hierarquia capitalista mundial, à posição de centro mediano de acumulação, à troca desigual e, principalmente, à maior integração ao aparelho produtivo imperialista, são elementos que reforçam o sentido de complementação da TMD ao debate iniciado com “O imperialismo, fase superior do capitalismo”.

Por mais que tenha uma repercussão marcante na América Latina, “O imperialismo, fase superior do capitalismo” traz ainda outras dimensões de interesse. Uma delas é mostrar Lenin como um intelectual orgânico da classe trabalhadora, imerso nos desafios do partido político e da luta de classes mundial, preocupado em relacionar teoria e ação revolucionárias. No entanto, desde sua publicação, ocorreram fatos históricos mundiais marcantes, como resultado dos desdobramentos da manutenção e avanço do modo de produção capitalista. Entre alguns destes fatos, citamos: as novas formas de organização do capital, seja pela expansão do capital fictício e das finanças, ou pela disseminação das mais intensas formas de extração de sobretrabalho por todo o globo; as novas configurações dos Estados-Nações, implicando em novos elementos na

hierarquização na Divisão Internacional do Trabalho; a ofensiva ideológica da burguesia, utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação para sacralizar o consumismo, o individualismo e a propriedade privada como as únicas formas do viver. Porém, mesmo diante de mudanças dessa envergadura, “O imperialismo, fase superior do capitalismo” continua uma obra de leitura obrigatória, pois combina uma excepcional análise teórica de características que passariam a permear o desenvolvimento capitalista desde então e uma fantástica análise da luta de classes dentro da nova fase do capitalismo.

Este é um texto clássico e estratégico para a classe trabalhadora em sua luta contra o capital. Nele, podemos ver explicitadas a atualidade de suas teses a partir dos seus elementos constitutivos. Tanto é que os estudos de Lenin para essa obra estão apoiados em importantes referências da classe – Marx, Engels, Hilferding, Bukharin - e trazem à tona a substância de um novo estágio do capitalismo: a conformação das mais exacerbadas formas de exploração do trabalho no âmbito mundial.

Lenin trabalha, de forma didática e rigorosa, cinco elementos chave para mostrar o que mudou na tática da dominação capitalista, ao longo de sua permanente estratégia de roubo dos territórios e das vidas dos trabalhadores, na nova fase do capitalismo: o imperialismo do século XX. Retomemos brevemente estes elementos.

As cinco conexões geradoras do imperialismo³

A era dos monopólios

A nova fase do capitalismo é caracterizada por Lenin pela intensificação da concentração e centralização do capital. A concentração se baseia na capacidade da ampliação do capital constante na produção, na forma de maquinário e equipamentos. Essa alteração gera um aumento quantitativo da produção e muda o caráter qualitativo da exploração do trabalho, dada a intensificação da produtividade, e o conseqüente avanço para o emprego de um menor número de trabalhadores formais. A concentração altera a composição orgânica do capital, para uma nova conformação da relação capital-trabalho, de forma muito mais intensa na exploração que no período anterior. O capital se fortalece e reforça, no mundo, a projeção de seu ideal mercantil como o mais ousado e idealizado sentido de progresso e modernidade, além de criar o ambiente em que o taylorismo e o

³ Todas as referências ao texto de Lenin se referem à edição de 2011 referida ao final do artigo.

fordismo passarão a comandar a forma predominante de exploração do trabalho.

A centralização do capital se refere à conformação das fusões e aquisições que formarão grandes blocos de capital organizados na grande empresa capitalista sob a forma de sociedades anônimas. Tal forma de organização do grande capital se apropria ou aniquila os pequenos e médios capitais encontrados no seu território de interesse direto de ação, superando a era concorrencial livre pelo monopólio na qual um pequeno e robusto número de gigantescas empresas concentra e centraliza o poder de mando do capital sobre o trabalho. Nas palavras de Lenin (2011, p, 132-133):

Já não se trata, de modo algum, da luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre empresas tecnicamente atrasados e estabelecimentos de técnica avançada. Encontramos perante a asfixia, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade.

Uma vez constituído o monopólio e transformado no modo de produção hegemônico, a maldição sobre toda a esfera social mundial está dada, pois “o monopólio, logo que tenha se constituído e controlando milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra “particularidade” (LENIN, 2011, p. 175). Nesse escrito fica patente a atualidade do papel da grande empresa na forma de Sociedades Anônimas em pelo menos duas dimensões: (1) as Sociedades Anônimas são pessoas jurídicas em que o dono do capital – proprietário real da riqueza – se torna um sujeito oculto, invisível⁴, ou seja, o capital criou mecanismos jurídicos para instituir a aparente autonomia do mundo das corporações: (2) cabe ao grande capital monopolista assumir o papel de polo hegemônico de acumulação no capitalismo.

Desde a análise de Lenin ocorreu uma importante alteração na configuração do aparelho estatal: a política estatal na nova fase de desenvolvimento do capitalismo é, em última instância, a política do grande capital. O que então, segundo Lenin, caracteriza o monopólio? Essa é a fase do modo de produção capitalista em que um pequeno e robusto

⁴ Isso fica claro, p. ex., quando falamos de marcas consolidadas como Bunge, Cargill, Nike, Adidas, Ford, Toyota, General Electric, Vale, Coca-cola, Nestlé, Basf, Carrefour. Estas marcas são a visibilidade de um poder econômico, político e cultural que oculta os reais detentores de um poder centrado na extração de mais-valia sobre o trabalho humano em todas as partes do mundo.

número de gigantescas empresas concentra e centraliza o poder de mando do capital sobre o trabalho. E com isto, cria renovados mecanismos de submissão tanto de empresas menores, quanto de países que se subordinam à nova lógica de operação cirúrgica moderna do capital monopolista: a apropriação das riquezas e dos trabalhos alheios. Mas, isto não significa o fim da concorrência, e sim um novo teor na disputa intercapitalista pela apropriação de parte do valor produzido na totalidade da produção capitalista na qual sairá na frente o capital que for capaz de mudar permanentemente sua composição orgânica com base na inovação tecnológica. A guerra por apropriação de parte da produção de mais-valia gerada pelos concorrentes na era do capital monopolista reforça a condição de ser do capital no processo de produção de seu poder: a totalidade da exploração do trabalho como condição de liderança e de morte-sobrevivência da concorrência entre os grandes capitais.

A era do capital financeiro

Influenciado pela obra de Hilferding (1985) - “O Capitalismo Financeiro” - Lenin trata da importância dos vários tipos de capitais integrados em escala mundial, com especial destaque para o papel desempenhado pelo capital bancário. O processo de acumulação do capital centrado nos monopólios requer volumes expressivos de dinheiro, providos pelos bancos, para investimentos vultosos. Os bancos como parceiros necessários do capital produtivo aproveitam, no seu oportunismo de capital prestador a juros, a janela aberta para dominar o mundo em relação direta com a sociedade anônima ora constituída na era das corporações.

A associação entre grandes bancos e grandes indústrias permitirá ao capital construir uma dupla ilusão envolvendo o capital na função de mero prestador. De um lado, essa função desempenharia um papel aparentemente menos perverso que o capital produtivo industrial, pois não seria responsável direto pela exploração da força de trabalho já que apenas empresta dinheiro. De outro, também pode ser vista como uma função parasitária, que drena, na forma de juros, as forças do capital produtivo. Essas ilusões são desfeitas quando lembramos que o capital bancário não é outro senão o capital desmembrado e autonomizado em função específica para a produção e realização da propriedade individual da riqueza social.

Esse é o mote da formulação do conceito de capital financeiro em Lenin, expressão da união permanente entre vários capitais em um só capital, nublando o começo e o término do poder individual de cada capitalista na extração de mais-trabalho na nova fase

do capitalismo. É assim como na forma do emprestador, o capital bancário ganha, na sociedade em que o mercado aparece como sujeito, um status de “salvador da pátria”, impulsionador do crescimento econômico e da modernização, uma vez que sua aparição na produção é ainda mais invisível que a do proprietário da sociedade anônima, da qual este capital é parte integrante.

O que, então, caracteriza o capital financeiro, para Lenin? É a expressão da união permanente entre vários capitais em um só capital, nublando o começo e o término do poder individual de cada capitalista na extração de mais-trabalho na nova fase do capitalismo. Nas suas palavras:

no que diz respeito à estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta, talvez com mais evidência do que em qualquer outro lado, o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de um empresário, abre-lhe conta corrente, etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas se essas operações se tornam cada vez mais frequentes e mais firmes, se o banco “reúne” nas suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco - e é assim que acontece - conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco (LENIN, 2011, p. 152).

A era das oligarquias financeiras

Nesse ponto, a preocupação de Lenin é a de reforçar a unidade do capital forjada pelo capital financeiro, mesmo com a manutenção da divisão de tarefas concretas da produção capitalista. Basta que o capital dos bancos controle uma parte expressiva das ações, para que, como gerência, participe do comando produtivo do capital industrial.

A capacidade de incidir na gerência via participação acionária na grande firma traz - para os monopólios produtivos industriais - uma ingerência externa dos bancos na condução dos negócios e cria novas contradições da disputa intercapitalista sob a égide dos

monopólios produtivos. O capital bancário metamorfoseia-se em capital produtivo, e passa a viver tanto de juros como prestador, quanto de lucro, como produtor.

A oligarquia financeira é a manifestação concreta do poder dos bancos na era dos monopólios em escala mundial. De meros intermediários da compra e venda, ou seja, de emprestadores do equivalente geral (dinheiro), os bancos passam a ser os fomentadores das sociedades anônimas. Compram parte expressiva das ações de uma empresa e negociam no mercado a um valor estipulado por eles (especulação), como forma de agigantar sua remuneração, advinda de um preço de mercado muito acima do realizado na compra desta mercadoria.

A oligarquia financeira cria assim, segundo Hilferding (1985) e reforçado nas teses de Lenin, a conformação de vultosas margens de lucros advindas de um capital fictício, cujas bases reais são muito inferiores aos preços de mercado lançados pelos ditadores do capital. Estes produzem a criação de uma imagem midiática mercadológica que assume, no mercado, aparente espaço de relações entre iguais, uma desproporcional conformação de preços de mercado fantasiosos e ao mesmo tempo reais. Isto vale para todo tipo de empreendimento capitalista em que se vislumbre a possibilidade de, na concentração e centralização do capital inerente aos monopólios, fortalecer dito processo.

Uma das operações particularmente lucrativas do capital financeiro é a especulação com terrenos situados nos subúrbios das grandes cidades e que crescem rapidamente. O monopólio dos bancos funde-se neste caso com o monopólio da renda da terra e com o monopólio das vias de comunicação, pois o aumento dos preços dos terrenos, a possibilidade de os vender vantajosamente por parcelas, etc., dependem principalmente das boas vias de comunicação com a parte central da cidade, as quais se encontram nas mãos de grandes companhias, ligadas a esses mesmos bancos mediante o sistema de participação e de distribuição dos cargos diretivos. (LENIN, 2011, p. 172/-73).

Lenin (2011, p. 176-177) acrescenta:

Como é próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do

capital industrial ou produtivo, separar o rentista, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de ‘poder’ financeiro em relação a todos os restantes. Pode-se avaliar a dimensão deste processo através dos dados estatísticos das emissões de toda a espécie de valores

A atualidade do papel unificador de uma oligarquia financeira é assombrosa. O entrelaçamento entre Bancos, Fundos de Investimentos, Fundos de Pensão e Grandes Empresas, nas bolsas de valores e nos mercados de títulos, reforça o papel de comando do conjunto das decisões cruciais da produção capitalista nas mãos de um diminuto círculo oligárquico, nos quais se destacam figuras sinistras do quilate de Warren Buffett e George Soros.

A era da exportação de capital

Com a consolidação dos monopólios, o agora grande capital, concentrado e centralizado em poucas e gigantescas empresas com nacionalidades sediadas nos países tecnologicamente mais avançados, permitiu a expansão do volume da riqueza na forma de capital. Isto permitiu, tanto aos empresários, quanto às suas definidas nações, virarem emprestadores de dinheiro para a mudança necessária da estrutura produtiva das nações periféricas na era de estrutura concorrencial monopolista.

As economias periféricas tornaram-se, assim, o palco privilegiado do capital monopolista central que as verá, em suas condições concretas de dependência financeira e produtiva (tecnológica), como negócios vantajosos para fazer o seu capital valorizar-se na sustentação dos processos locais de desenvolvimento rumo à modernidade e ao progresso. Lenin (2011, p. 186-187) mostra a importância das periferias para as economias centrais, sedes dos principais capitais monopolistas, caracterizados como capital financeiro:

O capital financeiro estende assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo. Neste aspecto desempenham um papel importante os bancos fundados nas colônias, bem como as suas sucursais. Os imperialistas alemães olham com inveja os ‘velhos’ países coloniais que gozam, neste aspecto, de condições particularmente “vantajosas”. A Inglaterra tinha em 1904 um total de 50 bancos coloniais com 2279 sucursais (em 1910 eram 72 bancos com 5449 sucursais); a França tinha 20 com 136 sucursais; a Holanda possuía 16 com 68; enquanto a Alemanha tinha “apenas” 13 com 70 sucursais. Os capitalistas americanos invejam por sua vez os ingleses e os alemães: Na América do Sul - lamentavam-se em 1915 - 5 bancos alemães têm 40 sucursais, 5 ingleses 70 sucursais ... A Inglaterra e a Alemanha, no decurso dos últimos vinte e cinco anos, investiram na Argentina, no Brasil e no Uruguai mil milhões de dólares aproximadamente; como resultado disso beneficiam de 46 % de todo o comércio desses três países.

A exportação de capital fortalece o poder territorial dos monopólios em escala internacional e ressignifica o papel dos Estados nacionais centrais sobre os Estados nacionais periféricos. Cria, assim, uma nova composição de poder, na dinâmica de produção capitalista, em que a reformulação da divisão internacional do trabalho (subordinação e subsunção mais intensas) estará indissociavelmente atrelada à lógica dos plantonistas emprestadores do capital- dinheiro, do capital-mercadoria (maquinário, equipamentos e insumos), necessários para produzir dita modificação modernizadora capitalista imperial. Nas palavras de Lenin (2011, p. 185):

O capital financeiro criou a época dos monopólios. E os monopólios introduzem os seus métodos em toda a parte: a utilização das ‘relações’ para as transações proveitosas substitui a concorrência no mercado aberto. É muito corrente que entre as cláusulas do empréstimo se imponha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos ao país credor, em especial de armamentos, barcos, etc. A França tem recorrido frequentemente a

este processo no decurso das duas últimas décadas (1890-1910). A exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias.

A era da partilha do mundo entre monopólios e os estados nacionais hegemônicos

Fruto do processo de exportação de capitais e da fase de concentração e centralização do capital nas mãos de pouquíssimas empresas por setor, esses gigantes tornam-se um único capital que pulsa e expira-inspira sua violência dominante sobre todas as regiões do mundo. Os grandes capitais monopolistas ditam as regras econômicas, políticas e culturais da produção material da riqueza, estabelecendo um jogo em que a concorrência por recursos e por apropriação privada da produção social da periferia apresenta-se como parte indissociável da composição de seus capitais, cujas sedes estão nos países centrais. Essas dinâmicas tornam-se a ‘velha-nova’ dinâmica da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, como forma de contrarrestar a inerente tendência à queda da taxa de lucro que o caracteriza.

Lenin cita como exemplo o poder monopolista dos trustes do sistema energético, petrolífero e das estradas de ferro. Os três têm em comum a característica monopólica mundial de tentativa de apropriação desmedida dos recursos alheios – pertencentes a outras nações – agora sob a carapuça da associação parceira da modernização. Nesse item, Lenin (2011, p. 198-199) trata do poder de irradiação, no âmbito mundial, da capacidade de concentração e centralização da riqueza adquirida no âmbito nacional:

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no ‘segundo o capital’, ‘segundo a força’; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político; para compreender o que está a acontecer é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são “puramente” econômicas ou extraeconômicas (por exemplo, militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção

fundamental sobre a época atual do capitalismo. Substituir o conteúdo da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica) significa descer ao papel de sofista.

Atrelada à partilha do mundo pelos monopólios, está a necessidade de comando jurídico formal dos Estados nacionais centrais de definir as regras do jogo, de forma aparentemente aliada, junto aos Estados nacionais periféricos. Essa faceta cruel de apropriação pelo monopólio, fundada em sua participação concreta nos Estados nacionais via jogo legal de manutenção e expansão do oportunismo do grande capital, revela sem nuances o enlace permanente entre desenvolvimento capitalista monopolista e dependência periférica. Dito enlace torna-se, assim, um elemento constitutivo do poder do capital em escala mundial através de sua ação sobre os Estados nacionais.

As colônias – que Eduardo Galeano (1994) caracterizou como territórios das veias abertas, no caso da América Latina, mas válido também para a Ásia, a África e parte da Europa - são territórios vitais de produção e reprodução material da riqueza capitalista na fase dos grandes monopólios. As economias periféricas, território abundante em recursos minerais-naturais e força de trabalho abundante, tornam-se novos espaços de anexação colonial para o capital financeiro em sua fase aberta de apropriação sem precedentes da riqueza mundial existente e futura. Pois, a terra anexada pelo capital financeiro, como propriedade privada sua, apresenta-se como mercadoria futura de produção e/ou especulação para ganhos ainda maiores que os adquiridos em tempos anteriores às revoluções técnico científicas. Isto vai atrelado à conformação do avanço das forças produtivas monopolistas sobre territórios aparentemente soberanos e autônomos nos marcos legais, da suposta legitimidade do moderno Estado de direito. Nas palavras de Lenin (2011, p. 208-209):

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de

concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.

Lenin reforça que o processo de anexação colonial sob a égide de Estados nacionais hegemônicos, subordinando e condicionando as ações dos Estados periféricos, compõe uma nova era capitalista sem possibilidade de retorno à era anterior, mas, nem por isso, com menos conflitos e lutas no interior destas nações e entre estas e as nações hegemônicas. De modo que a única saída para essa nova fase ainda mais violenta do capital sobre o trabalho e os territórios, era (é) o socialismo.

O Imperialismo hoje

Os cinco pontos acima elencados conformam o desenvolvimento do modo de produção capitalista no início do século XX. Mas se do tempo de Marx para Lenin mudanças significativas ocorreram no desenvolvimento capitalista mundial, assim também o foi do tempo de Lenin para a atualidade, a ponto de requerer uma rigorosa análise da validade histórica dos temas tratados por Lenin. Para incentivar o necessário debate dos leitores com a obra, fazemos duas recomendações. Primeiro, faz-se necessário o contato, o debate e a crítica das interpretações mais recentes sobre o tema do imperialismo no campo da esquerda⁵. Segundo, o leitor deve conferir atenção especial aos temas que implicam posicionamento estratégico-tático do trabalho em sua histórica luta contra o capital, uma das marcas de toda a obra de Lenin. Introduziremos dois desses temas para a reflexão do leitor.

⁵ Devido ao objetivo desse breve texto, podemos apenas indicar algumas das intervenções mais relevantes. Sugerimos a leitura das seguintes obras: Harvey (2004), Panitch e Layes (2005), Hardt e Negri (2006), Boron (2004) e Fontes (2010).

O teor das guerras imperialistas

— Uma das características centrais da disputa hegemônica mundial entre as Nações mais avançadas tecnologicamente é o teor militar-armamentista e geopolítico da disputa por territórios em tempos cada vez menores. Enquanto na primeira guerra mundial (1914-1918) a característica dos exércitos se enfrentarem nas trincheiras levantadas na disputa dentro dos Países, na segunda guerra mundial (1939-1945) o raio de ação dos rivais foi ampliado no espaço territorial das Nações em guerra, chegando aos civis de forma acelerada. A guerra de trincheiras fora substituída pela guerra em todos os espaços civis. A característica marcante da primeira guerra mundial, cujo centro foi a Europa, era a disputa por colônias, buscando o controle sobre novas fontes de matérias primas e mão de obra. Essa era a faceta da guerra na era dos monopólios: a riqueza das nações passava a ser sinônimo da capacidade de anexar novos países colônias que potencializassem a acumulação de capital monopolística. As trincheiras armadas da primeira guerra já liberavam luzes para o que viria a ser o teor da segunda: o afã de conquista do mundo entre as nações econômica-política-militarmente mais fortes. O uso da aviação e da química como elemento ganhariam importância na segunda guerra, desembocando nas armas nucleares. Para além de suas nuances táticas, os conflitos entre as Nações foram transfigurações da disputa pela liderança capitalista avançada, imperialista, que Lenin caracterizará como fase superior do capitalismo.

Após a segunda guerra mundial, um pacto tácito entre as nações perdedoras e a vencedora modificou o teor da disputa militar, de forma intensiva. Novos papéis foram criados para a continuidade do jogo de dominação capitalista mundial, centrada agora na hegemonia dos Estados Unidos sobre o resto do mundo. A Organização das Nações Unidas (ONU), espaço concreto de construção geopolítica da nova configuração hegemônica mundial, será um dos meios de propaganda ideológica mais enfáticos sobre a nova era da “paz” sob o domínio hegemônico americano.

As instituições criadas pelo acordo de Bretton Woods na década de 1940, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD), são outros exemplos de mecanismos criados para renovar a dependência dos países tecnologicamente menos desenvolvidos mundialmente. A guerra de trincheiras, substituída pela guerra em todos os espaços civis, chega então, no pós-guerra, a mais uma forma de guerra de dominação dos povos: a conexão ao mercado mundial pelo endividamento das economias nacionais

periféricas e presença do capital financeiro no espaço econômico nacional, ambos sob a égide do capital monopolista sediado nas economias centrais.

Cabe destacar a força central que atuou como contra hegemonia neste período do pós guerra, o conflito ao mesmo tempo silencioso e explícito entre EUA e URSS, na conhecida Guerra Fria. Essa retratava, em seu tempo histórico, uma consolidação internacional real de outro modo de produção e realização da riqueza, em disputa aberta com o desenvolvimento capitalista: o socialismo soviético. A Guerra fria manifestava a tensão dialética do conflito como necessidade internacional de conformação do consenso no interior dos blocos americano e soviético, em meio ao dissenso aberto entre os blocos em seu real de conflito bélico nuclear.

O referencial da obra de Lenin ajuda a dirimir uma interpretação equivocada muito em voga, principalmente entre os intelectuais da direita: apesar de manifestarem um elemento em comum, o domínio territorial sobre outros países, as dinâmicas soviéticas e estadunidenses não podem ser classificadas sob o termo imperialista, pois esse se refere à política estatal ditada pelo grande capital monopolista, ausente na construção social soviética.

Do pós-segunda guerra em diante, o capital financeiro monopolista reconfigurou seu poder de atuação e mando sobre o mundo, atrelou o desenvolvimento da periferia à sua reestruturação produtiva e, no âmbito das nações centrais, foi o principal recompositor das economias destruídas da guerra.

Essa nova fase do imperialismo de vantagens comerciais do capital industrial e bancário, ampliou o poderio das oligarquias financeiras estadunidenses no mundo, e condicionou, para o majoritário mundo das nações periféricas, intensos níveis de dependência e subordinação. O imperialismo, sob a égide dos Estados Unidos, criou alguns subterfúgios diferenciados para obter hegemonia no âmbito mundial, nesta nova era de capital monopolista. Entre ele estão: as inovações técnico-científicas, ampliadoras da incorporação tecnológica industrial e poupadoras de mão de obra; a implementação de políticas de preços diferenciados para os produtos das periferias e os produtos dos centros; e, a reorganização jurídico-legal das concessões para atuar em nome do capital estatal nacional.

Na América Latina, a experiência cubana de conformação de uma célula socialista resultou na aberta catalogação, pelos Estados Unidos, de perigo comunista eminente em seu território de manobra geopolítica, desencadeando dois movimentos: a consolidação de

políticas econômicas que vinculassem o continente ao bloco capitalista americano; e a contenção de possíveis novas células socialistas nesse espaço. Nasce, então, a era das ditaduras militares latino-americanas, do Estado de exceção como sinônimo de Estado capitalista americano no exercício de seu poder. A guerra aberta pelo controle continental, atrelada à política econômica de disseminação do poderio técnico-científico, produtivo e financeiro dos Estados Unidos, resulta numa tática de guerra para manutenção e perpetuação do poder visando o aniquilamento do possível raio de ação do inimigo socialista.

Atualmente, o imperialismo não promove embates entre os países do centro capitalista e desses contra as economias que em tempos anteriores detinham o mando da organização internacional socialista, o que não significa que esse processo não possa ser revertido no futuro da concorrência intercapitalista e da luta de classes mundial. No início do século XXI, as guerras têm ocorrido na periferia como disputas por recursos naturais-minerais estratégicos e posições militares vitais para seu domínio, sob a hipocrisia discursiva da defesa da democracia, da ajuda humanitária, e do combate ao narcoterrorism.

Tal mudança de palco das guerras não traz modificações estruturais no teor da atuação imperialista (servir aos interesses do grande capital contra a classe trabalhadora), mas ressalta um elemento que não estava presente na elaboração de Lenin: o papel coordenador de um centro imperialista, os Estados Unidos, perante as demais burguesias. Essa proposição difere da elaboração de Kautsky (1914) sobre o ultraimperialismo. Nela, as guerras são consideradas uma opção política e não necessidade das potências imperiais, conferindo um caráter evitável às guerras e sobrevalorizando a dimensão estatal na luta de classes. O papel coordenador dos Estados Unidos hoje ampliou o raio de ação imperialista para todo o mundo, fazendo da periferia um intenso palco de guerras contra os trabalhadores, resultado oposto ao sonhado por Kaustky.

A nova fase do imperialismo: reestruturação produtiva e centralidade do trabalho

A partir da década de 1970, o processo de crise do capital impõe uma intensificação na parceria capital bancário e capital industrial, mas também seu descolamento. A oligarquia financeira mundial entra na era do capital financeiro especulativo, conformando um mundo cujas bases reais são as da intensificação dos conflitos e da precarização do trabalho, como formas concretas do capital extrair sobre-trabalho em escala mundial. Ou seja, presenciamos simultaneamente três processos: a expansão do capital fictício em sua

dimensão quantitativa (número de mercados financeiros interligados e o consequente volume negociado) e qualitativa (aumento das relações sociais representadas por novas formas de títulos); o aumento do mercado mundial pela progressiva incorporação de áreas antes sob a influência da experiência socialista do século XX, como o antigo Leste europeu e a China, proporcionando uma nova massa de força de trabalho a ser explorada; a disseminação do toyotismo como paradigma de organização da produção, trazendo a multifuncionalidade, a polivalência, a desespecialização e a captura da subjetividade operária pelo “trabalho em equipe” como novas estratégias de exploração.

Cabe nesse ponto um estudo aprofundado, a partir dos elementos apresentados por Lenin, para caracterizar a nova fase do capital financeiro monopolista, na era do capital especulativo parasitário⁶. Capital este que tem suas bases concretas inerente às outras formas que adquire o capital – produtivo, bancário, comercial –, mas que se apresenta como independente deles, cria suas novas formas de (re)ação e condiciona os sujeitos do mundo a uma era mais intensa de endividamento, miséria e necessidade de inclusão pelo consumo, num âmbito abertamente excludente no mundo formal do trabalho ditado pelo capital.

Em Lenin, o que encontramos, a partir dos elementos construídos de forma integrada e dialética, é o princípio marxista central: a compreensão do capital como uma relação social em suas fases de desenvolvimento, revoluções e disputas. Enquanto valor que se valoriza, o capital é, para Lenin, sinônimo de extração de trabalho, em todas as suas formas e conteúdos já trabalhados e ainda por vir sob a dominação imperialista do capital. Daí resulta a riqueza da obra de Lenin “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. Ela anuncia o que foi vivido no século XX e se consolida no século XXI como sendo a mais vital máquina de horror contra o trabalho e os territórios: o domínio do capital monopolista financeiro, agora em sua era especulativa.

Esta obra revela, no seu tempo, aquilo que nos tempos de Marx já havia sido expressado e que nos tocar viver na atualidade: a intensificação do roubo do tempo de trabalho, do roubo da propriedade sobre aquilo que se produz, do roubo da vida dos sujeitos. Roubo expresso na forma-conteúdo do trabalho assalariado livre que, em troca com o equivalente geral, o dinheiro, produz uma manifestação superficial cuja narrativa sobre a liberdade aparece como sinônimo de livre arbítrio, quando em realidade é a

⁶ Sobre este tema, indicamos os textos: Carcanholo e Nakatani (2007) e Carcanholo e Sabadini (2009).

substância da crise civilizatória inerente ao metabolismo capitalista. A produção ideológica das ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, do capital sobre e contra o trabalho, conduz à produção e reificação da alienação e do fetiche como raízes históricas da materialização do poder do capital sobre o trabalho no mundo. No entanto, as condições concretas de vida da maioria dos trabalhadores no mundo, explicita por si mesma à realidade dos fatos oculta nas propagandas ilusórias do capital sobre o trabalho: roubo legalizado e legitimado pela figura do moderno Estado de direito. Roubo que, quando estudado, a partir das teses levantadas por Lenin, à luz dos referenciais de análise marxistas, reforça sua essência sanguinária real: a de produção, ao longo do desenvolvimento histórico das forças produtivas, da morte em vida do trabalhador e a necessidade do mesmo se organizar para consolidar outro mundo necessariamente possível.

O tema do “novo-velho” imperialismo é central no embasamento reflexivo sobre a tática e estratégia da esquerda, sobretudo em uma sociedade dependente e periférica como a latino-americana, conformada periodicamente pelas relações com o mercado mundial dominado pelo grande capital monopolista. Justamente pela sua importância, o debate requer o resgate do acúmulo teórico que o campo marxista já produziu sobre o tema, o que nos leva inevitavelmente à leitura de “O imperialismo, fase superior do capitalismo” como ponto de partida. Ponto de partida no qual a obra mantém, segundo nossa interpretação, a vigência de suas teses centrais em meio à necessidade de incorporar teoricamente novos elementos econômicos, políticos e ideológicos trazidos pelo desenvolvimento histórico do capitalismo nas últimas décadas. Ponto de partida para aqueles, a exemplo do esforço da TMD, que venham a pensar a América Latina.

Referências

- BORON, A. A. **Imperio & imperialismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. Capitalismo especulativo e alternativas para América Latina. **Revista Herramienta**, v. 35, p. 27–51, 2007.
- CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 24, n. junho, p. 41–65, 2009.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2a. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

- GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. 36a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. São Paulo: Record, 2006.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KAUTSKY, K. **Ultra-imperialism**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2014.
- LENIN, V. I. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/Unicamp, 2011.
- MARINI, R. M. **Subdesarrollo y Revolución**. 5a. ed. México D.F.: Siglo XXI, 1974.
- MARINI, R. M. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/acumulacion.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2014.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: STEDILE, J.; TRASPADINI, R. (Eds.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137–180.
- PANITCH, L.; LAYES, C. (Eds.). **O Império Reloaded**. [s.l.] Socialist Register / CLACSO, 2005.